



“O Império contra-ataca?”
Corregedoria
ameaça punir
grevistas



Servidores
aposentados se
reúnem em
Brasília para lutar
contra desconto
de inativos

Páginas 12,13 e 14

Novamente crise econômica? Não são os trabalhadores os culpados!

Companheiros (as), de novo, como ocorreu em 2008-2009, está sendo amplamente divulgado na mídia (rádio, TV, internet, jornais, revistas, etc.) que o mundo enfrenta uma grave crise econômica. O que podemos afirmar, para lembrar os nossos leitores, é que o sistema capitalista voltou a mergulhar numa crise, a qual, aliás, é cíclica e faz parte das próprias contradições desse sistema. Nota-se que não passa de um desdobramento continuado do processo agudo de 2008-2009, quando ocorreu a crise de super produção de mercadorias e super oferta de imóveis (iniciada nos EUA), do crédito fácil adquirido nos bancos, em um processo de consumismo exagerado que levou milhares de famílias de trabalhadores a uma situação de não poderem mais honrar com suas dívidas, diminuir as compras, gerando uma derrocada com efeito cascata para toda sociedade, disseminada, “devido à globalização”, para vários países. Tudo isso tendo como pano de fundo a especulação financeira e exploração dos trabalhadores, efetuada pelos donos do capital na busca incessante e ávida para aumentarem seus lucros.

Para sair dessa crise, ou pelo menos evitar seu aprofundamento, foram utilizados pelos governos capitalistas de diversos países (do Brasil também) trilhões de dinheiro público para socorrerem bancos e indústrias. Porém, apesar de todos esses gastos, o problema não foi resolvido ou amenizado, pois a maioria dos banqueiros e empresários utilizaram grande parte dessa “ajuda” novamente na especulação e não na economia real (na produção e geração de empregos e riquezas). Assim, aumentaram as dívidas públicas, fazendo com que os próprios governos (estados) entrassem também na crise, gerando mais desemprego, menos consumo, mais desgraça para os trabalhadores. É o que está acontecendo nos países da Europa: Grécia, Portugal, Espanha, Irlanda, Inglaterra, entre outros. Nos EUA também, inclusive o governo Obama (Partido Democrata) teve que negociar com o Partido Republicano para aprovar no Congresso a possibilidade de aumentar ainda mais sua dívida pública, que já está na casa dos U\$ 14 trilhões (dez vezes o PIB - Produto Interno Bruto - do Brasil), e, assim, financiar e socorrer novamente os bancos e as empresas.

Bem, sabemos que toda essa crise foi provocada pelo capital financeiro especulativo (onde se juntam os bancos com a

indústria). No entanto, seus prejuízos recaem em cima dos trabalhadores, e são esses que acabam pagando o pato. Está ocorrendo em vários países: redução dos salários, aumento da exploração, aumento nos cortes dos gastos com os setores públicos e sociais, desemprego generalizado, grande rebaixamento no nível de vida das famílias, a falta de esperança e perspectivas da juventude, entre outras mazelas.

Mas, em reação a essa situação imposta, acontecem grandes mobilizações populares com a retomada do movimento de massas em vários países, desde os indignados da Europa, inclusive na América do Sul, como no Chile e no Brasil, por exemplo, até as lutas revolucionárias dos povos árabes, derrubando as ditaduras que há décadas se perpetuavam no poder.

E no Brasil, quando a crise vai chegar?

Apesar do crescimento econômico nos últimos anos, especialmente o de 2010, amplamente alardeado pelo governo - que na verdade foi bem mais benéfico aos banqueiros, grandes empresários e especuladores (nacionais e internacionais) -, o Governo Federal afirma que a crise está chegando e já começou esse ano a cortar verbas para aumentar o superávit primário e garantir o pagamento ao sistema financeiro dos juros das dívidas públicas. Esses cortes atingem principalmente os serviços públicos e as demais áreas sociais. Dilma Rousseff (PT) cortou esse ano R\$ 50 bilhões do orçamento inicial e, agora, mais R\$ 10 bilhões, sendo que em 2010 foram gastos com juros e “serviços da dívida” o montante de R\$ 635 bilhões, 44,93% do PIB. A previsão para este ano é destinar só para o pagamento da dívida cerca de R\$ 800 bilhões, dinheiro que poderia ser investido na economia e no social, gerando empregos e bem estar para a população. No entanto, através do BNDES, serão liberados mais de R\$ 500 milhões, como empréstimos, para as empresas e financiamento de grandes obras, como o trem bala Rio de Janeiro-São Paulo e os estádios para a Copa, etc.

Por outro lado, o Governo Federal já declarou que este ano não haverá reposição salarial para seus funcionários, os quais tem data-base a partir de agosto. Porém, os trabalhadores estão organizados e se manifestando, preparados para lutar e tentar reverter à política de arrocho em busca de seus direitos.

Com a pressão dos magistrados, que

pleiteiam 14,97%, o governo Dilma já deu uma amolecida, o que não acontecerá igualmente com os servidores que, provavelmente, terão de promover um grande movimento.

E os judiciários de São Paulo?

Sabemos que essa política de arrocho logo chegará aos estados. Embora em São Paulo a arrecadação tenha aumentado mês a mês, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) já começou a tomar medidas de “austeridade”, como o projeto de lei que cria a previdência privada para os servidores. Tudo indica que 2012 será um ano de difíceis negociações salariais com o Governo. Vamos ver.

De qualquer forma parece que a orientação já foi passada aos dirigentes do Tribunal de Justiça de São Paulo, o qual tem tomado medidas para tentar manter a categoria controlada e atemorizada, como por exemplo: ao desprestigiar o acordo assumido no dissídio de não ter nenhum tipo de punição aos funcionários por atos e ações durante a greve - estão ameaçando 10 grevistas em processo administrativo, suspenso por uma liminar, por terem participado de ato de desagravo a um juiz autoritário de Monte Alto (durante o movimento de 2010); ao não garantir que vai pagar as reposições retroativas de 2010 e 2011, nem as perdas salariais acumuladas; ao não dar continuidade clara e efetiva nas negociações sobre os demais itens da nossa pauta, etc. (veja matéria nas próximas páginas de “O Processo” sobre negociações e mutirão).

Vamos enfrentar essa crise e o provável aprofundamento do arrocho salarial!

Repetimos: não foram os trabalhadores que fizeram essa crise. Ainda não sabemos quão profunda será a crise em nosso país. Mas as elites dominantes sempre jogam a conta para os trabalhadores, gostam de socializar apenas as perdas e não aceitam dividir os ganhos. A única forma de evitar que o custo da crise caia sobre nós, trabalhadores, é lutar contra essa política.

É preciso exigir que o Governo invista o dinheiro público - resultado do trabalho coletivo - na economia real, produtiva, gerando empregos permanentes, contratando mais servidores públicos com remunerações suficientes para manter o bem estar das famílias dos trabalhadores.

Para realizarem essa luta, os judiciários tem que se organizar mais e preparar

melhor suas ações. Nesse sentido, a Diretoria da Assojubs mantém o compromisso de: fomentar a conscientização política, sindical e de construção da unidade dos servidores (entre os judiciários e com os demais setores); promover, em conjunto, ações contra os desmandos da direção do TJ e da política de arrocho do Governo (estadual e federal).

Essa crise não é nossa, exigimos que nossos direitos sejam respeitados! Só a luta pode transformar a vida!

E X P E D I E N T E



Diretoria

Alexandre dos Santos - presidente
Adelson Gaspar - vice-presidente
Hugo Coviello - secretário geral
Sílvio José Realle - tesoureiro
Luís Fabiano Mendes - atividades culturais e sociais
Eduardo Requejo - esportes e lazer
Mario Augusto Bernardes - patrimônio e Arquivo
Luiz Tadeu Milito - comunicação
Laércio Armesto - convênios

Conselho Deliberativo

Rosana de Melo Menezes
Alessandro Muniz Barreto
Silvano Simão da Costa
Roberto Maia Santana
Paulo Afonso Filgueiras Júnior
Regina Helena Queija

Jornalista responsável: Camila Marques MTB 34.448
Redação: Camila Marques, Hugo Coviello e Luiz Milito
Diagramação: www.cassiobueno.com.br
Impressão: Gráfica Diário do Litoral
Tiragem: 10 mil exemplares

Associação de Base dos Funcionários e Servidores do Poder Judiciário do Estado de São Paulo
ASSOJUBS SANTOS - Av. São Francisco, 276/278, Centro, Fone: 3223-2377 - 3223-5278
ASSOJUBS SÃO VICENTE - Rua Campos de Bury, 18, sala 11, Parque Bitaru, Fone: (13) 3468-2665
ASSOJUBS SÃO PAULO - Rua da Glória, 152, Cj. 42, Liberdade, Fone: (11) 3101-6085

e-mails: faleconosco@assojubs.com.br
secretaria@assojubs.com.br
internet: www.assojubs.org.br

A Assojubs vem a público responder e esclarecer o falacioso "informativo" do Sindicato União:

Saudações aos que tem coragem!

1- A Assojubs foi uma das primeiras entidades representativas dos judiciários a defender a unificação das lutas da categoria, a partir do I Encontro Estadual dos Servidores do Judiciário, realizado em Santos, em 2007. Até então aconteciam reuniões conjuntas das entidades, porém, durante a Campanha Salarial, cada uma defendia sua própria pauta de reivindicações e índices de reposições salariais diferenciados, o que sempre entendemos que prejudicava a categoria.

2- Defendemos a unificação das lutas, mesmo conhecendo as grandes divergências ideológicas e de atuação entre as entidades. Por exemplo, jamais concordamos com práticas antidemocráticas e acordos de bastidores com os patrões, como bem ao gosto dos pelegos sindicais que nos atacam e que há mais de 20 anos se dedicam a parasitar a categoria, verdadeiros sanguessugas, o que resultou em uma organização fragmentada e dispersa, cujos mais evidentes sinais, ao longo dessa dinastia sindical pelega, são a contínua defasagem salarial e as péssimas condições de trabalho.

3- A força e a capacidade de luta da Assojubs estão demonstradas pela sua história e, principalmente, pela sua atuação em defesa da categoria, na esfera jurídica e em todos os movimentos reivindicativos, passando principalmente pelas greves de 2001, 2004 e 2010, as maiores e mais fortes da categoria. Em 2010, inclusive, a Assojubs foi, reconhecidamente pela categoria, a segunda entidade que mais mobilizou trabalhadores durante os 127 dias de greve, e ousamos dizer que, em proporção ao número de associados, a que mais mobilizou, aglutinou e investiu na organização de suas bases entre toda a categoria.

4- Estivemos presentes em todos os momentos da greve de 2010, em todas as frentes, inclusive as mais fortes e combativas manifestações, sempre com uma atuação democrática e classista, respeitando as decisões coletivas. Nossos representantes sempre foram respeitados por isso e somamos forças junto a outras entidades de luta e comprometidas com a categoria. Nunca fomos vaiados ou xingados pela categoria nos palanques, atos, assembleias e reuniões

durante o movimento, ao contrário do déspota que nos ataca. Não fugimos da greve com medo da multa imposta pelo patrão, injusta, é verdade, porém, um sindicato que de fato lutasse e defendesse a categoria jamais abandonaria os trabalhadores na praça e na rua, publicando edital em jornal - sem consultar a categoria - no qual obedece à ordem do patrão e confessa a fuga com medo de multas financeiras.

5- A Assojubs possui um estatuto democrático e participativo e seus dirigentes o seguem à risca e de forma pública, sem viradas de mesa e outras tramóias. Por estatuto, os cargos eletivos da Assojubs são limitados a quatro mandatos consecutivos de dois anos, sendo que o de presidente é limitado a apenas uma reeleição consecutiva. Nosso estatuto é público e está disponível em nosso site.

6- O "sindicato" que nos ataca de forma mentirosa e grosseira talvez tenha vergonha do seu, pois nele não há limites para reeleições consecutivas, fora outras aberrações que impedem e constroem a participação plena da categoria e dos sindicalizados, uma forma clara de se perpetuar no cargo, o que explica porque tão indesejáveis figuras entre os servidores seguem agarrados como carrapatos à categoria, transformando o que deveria ser uma organização de luta em uma coisa podre e imprestável. Deveriam explicar porque realizam as assembleias anuais do "sindicato" em Lins, há mais de 500 km da Capital; porque recomendam aos servidores interessados em participar que "se cotizem" (se virem!) para arrumar transporte.

7- Boa parte dos associados e todos os diretores e delegados da Assojubs, frise-se bem, todos, sem exceção, participaram ativa e combativamente da greve de 2010, lutando ao lado da categoria e dos companheiros de todo o Estado, ao contrário dos "diretores do sindicato", os quais não se tem notícia de que tenham participado do movimento, com exceção de dois afastados para mandato "sindical" (isso, claro, antes da fuga em que se borraram de medo).

8- A Assojubs aplaude e se congratula com todas as iniciativas para democratizar a representação sindical

da categoria e fortalecer nossas lutas e deseja um caminho vitorioso para todos os oito sindicatos representativos recém criados pela categoria em todo o Estado, uma clara demonstração de que a categoria não suporta mais o grande peso dos pelegos. Alguns diretores da Assojubs e muitos dos seus associados participam do Sintrajus (Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário da Baixada Santista, Litoral e Vale do Ribeira) e o fazem no uso de seus direitos constitucionais, de livre manifestação, de livre associação, e do sagrado direito dos trabalhadores de escolherem livremente sua representação sindical. A entidade, no entanto, não possui nenhum vínculo legal, tampouco organiza ou financia qualquer atividade que não esteja dentro de suas atribuições estatutárias.

9- Ainda assim, a Assojubs foi vítima de uma tentativa oportunista e malfadada do Sindicato União, que tentou na Justiça do Trabalho obter três absurdas indenizações, de R\$ 500 mil cada, sob a esdrúxula alegação de que foi a Assojubs quem criou o Sintrajus, como se a categoria não tivesse motivos mais que suficientes para querer se libertar dos falsos representantes e precisasse de um tutor. Lógico, o Sintrajus, recém-criado, apesar de já possuir, segundo suas informações, mais de 500 sindicalizados, não teria fundos suficientes para saciar a ganância dos pelegos por mais dinheiro em seus desvairados pedidos de indenização.

10- Aliás, a Justiça do Trabalho negou todos os pedidos de indenização contra a Assojubs e também contra o Sintrajus (eram menores, claro, de R\$ 30 mil cada), negou o encaminhamento de ofícios e proferiu uma decisão contrária somente à forma de criação do sindicato, pois entendeu que a dissociação é possível apenas apontando que a assembleia para tal deveria ocorrer dentro do próprio "sindicato", o que para a vontade soberana e constitucional dos trabalhadores é inviável, pois esse que existe é rejeitado pela categoria. Sobre essa parte da decisão da Justiça do Trabalho de Santos cabe recurso ao Sintrajus, que certamente saberá usá-lo. Oferecemos nosso apoio político ao Sintrajus

para que em outra esfera jurídica seja vitorioso, para o bem da categoria.

11- Em 2011 a Assojubs prontamente organizou ações jurídicas e políticas para evitar a cobrança do imposto sindical de seus associados em função da petição interposta junto ao Tribunal de Justiça pela CSPB (Confederação dos Servidores Públicos do Brasil), da qual o Sindicato União é filiado e seu presidente, inclusive, participa da direção nacional dessa confederação. A Assojubs não faz parte da CSPB e fez tudo o que estava ao seu alcance para evitar a cobrança dos servidores associados. O Sindicato União silenciou. Aliás, a bronca do sindicato contra a Assojubs é justamente pelo nosso posicionamento contrário ao imposto sindical. Perceba: eles não são contra o imposto sindical, o temor e desespero deles é ter que dividir o imposto com outros sindicatos.

12- Quem mais uma vez atrapalha a categoria neste momento é o Sindicato União, que peticionou ao TJ, CNJ e STF exigindo ser o único representante da categoria, e que o TJ discuta as questões dos judiciários apenas com ele. Não possuem a representatividade de fato da categoria, não estão lado a lado com os trabalhadores nas lutas, então, se apegam ao formalismo e à burocracia, pedindo de joelhos ao patrão que lhes confira essa representação que não possuem junto à categoria. O CNJ e o STF negaram o pedido.

13- Por último, o tom jocoso do sindicato contra a região da sede da Assojubs, a Baixada Santista, e as ironias com símbolos praianos e caíças apenas demonstram o preconceito da direção do Sindicato União contra os servidores que trabalham e vivem no Litoral Paulista, região historicamente marcada pela participação de vanguarda nas lutas mais democráticas de nosso país. Mais uma prova de que a categoria, em todas as regiões do Estado, deve mesmo se unir e lutar pelo direito constitucional de escolher seus representantes e sua representatividade.

A Assojubs não foge à luta. Nunca. Até a vitória. Sempre.

Após três meses sem tratativas e com a relutância por parte do TJ em receber o conjunto das entidades, aconteceu na tarde do dia 30 de agosto, no Palácio da Justiça, na Capital, uma reunião entre as entidades representativas dos servidores e o Tribunal de Justiça.

Na reunião estiveram presentes, representando a Assojubs, Alexandre dos Santos (presidente), Hugo Coviello (secretário geral) e Luiz Milito (diretor de Comunicação). Pelo TJ, participaram o desembargador William Campos e os juizes assessores José Eduardo Marcondes Machado e Hamid Charaf Bdine Júnior.

Mais uma vez o TJ não apresentou nenhuma posição quanto ao pagamento dos retroativos salariais em atraso, preferindo jogar a culpa no governador Geraldo Alckmin e na demora do Estado em repassar os excessos de arrecadação, conforme acordo feito com o ex-presidente Antônio Carlos Viana Santos e ratificado pelo atual presidente, desembargador José Roberto Bedran. Segundo o TJ, só neste mês de setembro poderá haver uma definição.

A dependência de um aporte do Executivo segue sendo a justificativa para o não pagamento da dívida das reposições de 2010 (4,77% de março a novembro) e 2011 (6,43% de março e abril) e das perdas históricas (desde 2002), em torno de 14,69%.

Noticiado na mídia que o Governo do Estado fechou o orçamento do 2º quadrimestre com aumento na arrecadação, os representantes cobraram do Tribunal a busca pela suplementação, já que o Executivo se comprometeu com esse repasse caso o excesso de arrecadação se concretizasse.

Em uma das repostas evasivas, o desembargador Campos soltou a informação de que o repasse seria em torno de R\$ 40 milhões, valor insuficiente para pagar o que é devido aos servidores. Pelos cálculos o TJ precisaria de aproximadamente R\$ 92 milhões só para quitar as parcelas em atraso de 4,77% (março a novembro de 2010) e R\$ 30 milhões para os retroativos de 6,43% (março e abril de 2011), o que já daria R\$ 122 milhões, sem esquecer a amortização de 1,5% do percentual devido (14,69%) prometida por ocasião da data-base para ser paga até o final do ano.

Nesse aporte de R\$ 40 milhões, Campos ainda inseriu a necessi-

Devo, não nego, não pago enquanto puder...

- Gestão Bedran sinaliza que também não cumprirá acordo do dissídio coletivo - TJ joga culpa no governo Alckmin, que não faz os repasses pretendidos

dade de cobrir gastos com novas nomeações de oficiais de justiça e escreventes, o que deixa claro que o pagamento referente aos atrasados dos servidores será mínimo, provavelmente apenas as parcelas atrasadas da data-base desse ano.

Ressaltando esse raciocínio, o desembargador soltou uma pérola, a qual representa para a categoria a intenção de enrolar mais um pouco e empurrar com a barriga a dívida com os servidores: "O Tribunal vai pagar até o fim do ano, mas não conseguiremos quitar tudo, vai ficar um rabinho". O "rabinho" do desembargador equivale a mais da metade do que é devido aos funcionários e esta mais para um "rabão", digno da "Mulher Melancia" (ver valores por cargo no quadro ao lado).

Para o presidente da Assojubs, Alexandre dos Santos, a situação é inaceitável. "Viana Santos não cumpriu totalmente o acordo e a gestão Bedran também não está cumprindo, porém, o TJ só mudará essa posição se houver mobilização da categoria para que o acordo seja cumprido. O TJ, infelizmente, não entende outra língua a não ser a mobilização dos servidores".

O secretário geral, Hugo Coviello, não escondeu a indignação: "O TJ está marcando reunião para marcar outra reunião, sem resolver os assuntos, está empurrando com a barriga. A cada encontro temos que reiniciar todos os assuntos, pois eles nunca sabem a tramitação das reivindicações, as soluções não avançam, não lembram o que acordamos na reunião anterior. Não resta dúvida que isso é uma estra-



Dirigentes da Assojubs, Hugo Coviello e Luiz Milito, fazem reivindicações ao desembargador William Campos



tégia para ficar enrolando e jogar o problema para a próxima gestão”.

A próxima reunião ficou marcada para 20 de setembro. Segundo o Tribunal, após reunião de sua cúpula com o comando do governo Alckmin (PSDB). Ao que parece, no TJ continua a valer a adaptação do dito popular: “Devo, não nego, não pago enquanto puder”.

Nota da redação: Após o fechamento das matérias dessa edição (6 de setembro), o Diário Oficial do Estado, do dia 7 de setembro, divulgou o repasse de uma suplementação orçamentária de R\$ 43 milhões do Governo do Estado para o Tribunal de Justiça. Com esse valor confirma-se o conteúdo das matérias referentes à questão salarial, que trazem a perspectiva do pagamento de apenas duas parcelas em atraso da reposição de 6,43% conquistada em 2011.

Infelizmente, as previsões descritas no corpo editorial estavam cor-

retas. Apesar do Governo do Estado apresentar nos primeiros seis meses do ano uma arrecadação de R\$ 5,79 bilhões, ou 8,6%, superior à prevista na proposta orçamentária, o valor de R\$ 43 milhões corresponde a apenas 0,75% do excesso de arrecadação do Governo do Estado, bem abaixo, portanto, do alardeado pacto de Viana/Bedran com Alckmin de repassar ao TJ 10% do excesso de arrecadação.

Novamente o cumprimento de acordos, judiciais, inclusive, como o do dissídio coletivo de 2010, que significam o pagamento dos direitos salariais dos judiciários fica preterido. Mais uma vez percebe-se que falta vontade política das lideranças do TJ em exigir os recursos necessários e de direitos e sobra disposição para manter a política de não enfrentamento, e porque não dizer de aliança com os governos do PSDB.

Mais uma vez aos servidores só restam: participação, organização e luta.



Alexandre dos Santos, presidente da Assojubs, em discussão na mesa de negociação

TJ resiste a aplicar corretamente o mutirão

No que diz respeito ao mutirão para compensação dos dias de paralisação por causa da greve, a questão segue inalterada. Pior, os representantes do Tribunal demonstraram um total e absurdo desconhecimento da situação da nova proposta (a segunda) apresentada pelos servidores, em junho. Não souberam responder nem em qual comissão de análise está parada a proposta.

"Vamos pesquisar e depois informaremos as entidades", afirmou o juiz assessor José Eduar-

do Marcondes Machado. No entanto, ressaltaram que a decisão do TJ sobre a compensação dos dias parados é pelo pagamento do total de horas e, inclusive, o prazo que já foi estipulado está mantido. Essa interpretação é uma afronta ao acordo do dissídio coletivo da greve de 2010, e contraria até o dicionário ao apontar o significado da palavra mutirão.

Essa posição do Tribunal foi questionada durante a reunião de 30 de agosto, pois a demora

em definir a forma de compensação parece mais uma enrolação. Também foi lembrado pelos servidores que muitos grevistas aguardam por uma decisão do TJ para começar a efetuar essa compensação. Mas, o desembargador William Campos afirmou ser impossível uma prorrogação do prazo e diante da pressão dos representantes dos servidores limitou-se a afirmar que trará um parecer na próxima reunião da mesa de negociação, em 20 de setembro.

Holerites, perícias médicas e insalubridade na Baixada Santista também seguem sem solução

Na mesma reunião de 30 de agosto outros assuntos foram discutidos, além da questão da reposição salarial. Sobre as perícias médicas foi solicitado que o Tribunal reveja a atual centralização na Capital, principalmente pela dificuldade de locomoção dos servidores. Houve concordância dos representantes do TJ, que ficaram de estudar medidas para facilitar o acesso dos trabalhadores ao setor. Porém, o retorno ao Departamento de Perícias Médicas do Estado (DPME) está descartado.

O não fornecimento de cópias dos holerites pela Secretaria de Gerenciamento de Recursos Humanos

(SGRH) aos funcionários e a questão que envolve a aposentadoria de servidores que iniciaram suas atividades nas chamadas "serventias extras judiciais" também foram discutidos. O Tribunal ficou de estudar possíveis mudanças.

Outro tema abordado foi a questão da insalubridade, principalmente nos setores de mecanografia, como em Santos, em que os servidores manuseiam produtos tóxicos e solventes químicos e não recebem nenhum adicional de insalubridade, aliás, o adicional foi cortado após a reforma da sala da mecanografia, um absurdo digno

de divulgação na mídia, pois dois trabalhadores continuam manuseando os produtos tóxicos, sem uso de Equipamentos de Proteção Individual e sem fiscalização. Porém, deixaram de receber a insalubridade sob a alegação de que eram apenas as condições da antiga sala que eram insalubres.

A Assojubs recorreu a várias instâncias do TJ, incluindo mandados de segurança, e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que alegou não haver repercussão geral, e até agora nada. As péssimas condições de trabalho existentes em quase todos os prédios novamen-

te foram questionadas na reunião, assim como o papel da secretária de Recursos Humanos diante desse quadro que atinge a saúde do trabalhador. A Assojubs cobrou o funcionamento da comissão de insalubridade do TJ, que chegou a ser criada em no final de 2008 com a função prioritária de contratar uma equipe de peritos para analisar os locais de trabalho e passados três anos nada fez.

Mais uma vez o TJ apenas se dispôs a fazer um estudo sobre as questões e afirmou que comunicará os fatos relatados aos representantes dos servidores. É brincadeira?

Veja quanto você está perdendo:

Valores retroativos devidos sobre salários iniciais de cada cargo

CARGOS	*4,77% SOBRE SALÁRIO INICIAL 2010	10 PARCELAS (MAR/NOV 2010)	*6,43% SOBRE SALÁRIO INICIAL JUN 2011	2 PARCELAS (MAR/ABR 2011)	*TOTAL DEVIDO RETROATIVO SOBRE SALÁRIOS INICIAIS
AGENTE DE SERVIÇO	R\$ 65,55	R\$ 655,5	R\$ 88,36	R\$ 176,71	R\$ 832,21
AGENTE OPERACIONAL	R\$ 81,31	R\$ 813,1	R\$ 109,61	R\$ 219,21	R\$ 1032,31
AGENTE ADMINISTRATIVO	R\$ 85,68	R\$ 856,8	R\$ 115,51	R\$ 231,01	R\$ 1087,81
AUX.JUD.ENCARREGADO	R\$ 98,63	R\$ 986,3	R\$ 132,96	R\$ 265,91	R\$ 1252,21
AGENTE DE FISCALIZAÇÃO	R\$ 107,32	R\$ 1073,2	R\$ 144,67	R\$ 289,33	R\$ 1362,53
AGENTE DE SEGURANÇA	R\$ 120,49	R\$ 1204,9	R\$ 162,42	R\$ 324,83	R\$ 1529,73
AUXILIAR DE SAÚDE	R\$ 127,43	R\$ 1274,3	R\$ 171,78	R\$ 343,55	R\$ 1617,85
ESCREVENTE TÉCNICO	R\$ 139,08	R\$ 1390,8	R\$ 187,49	R\$ 374,97	R\$ 1765,77
OFICIAL DE JUSTIÇA	R\$ 162,00	R\$ 1620	R\$ 218,33	R\$ 436,65	R\$ 2056,65
ESTENOTIPISTA	R\$ 196,07	R\$ 1960,7	R\$ 264,30	R\$ 528,59	R\$ 2489,29
ASSISTENTE SOCIAL	R\$ 186,66	R\$ 1866,6	R\$ 251,62	R\$ 503,24	R\$ 2369,84
PSICÓLOGO	R\$ 186,66	R\$ 1866,6	R\$ 251,62	R\$ 503,24	R\$ 2369,84
CHEFE DE SEÇÃO	R\$ 201,39	R\$ 2013,9	R\$ 271,48	R\$ 542,95	R\$ 2556,85
CHEFE SEÇÃO TÉCNICA	R\$ 240,12	R\$ 2401,2	R\$ 323,68	R\$ 647,36	R\$ 3048,56
SUPERVISOR DE SERVIÇO	R\$ 330,11	R\$ 3301,1	R\$ 444,99	R\$ 889,98	R\$ 4191,08
COORDENADOR	R\$ 360,73	R\$ 3607,3	R\$ 486,26	R\$ 972,51	R\$ 4579,81

*sobre esses valores incidem ainda os benefícios como quinquênios, sexta-parte e gratificações; deveriam incidir também juros e correção pelo atraso do pagamento

Salários iniciais de cada cargo se o TJ pagasse a reposição salarial devida (14,69%)

CARGOS	SALÁRIOS SET 2011(R\$)	14,69%	TOTAL SAL.INICIAIS S/ DEFASAGEM*	CARGOS	SALÁRIOS SET 2011(R\$)	14,69%	TOTAL SAL.INICIAIS S/ DEFASAGEM*
AGENTE DE SERVIÇO	R\$ 1462,54	R\$ 214,84	R\$ 1677,38	OFICIAL DE JUSTIÇA	R\$ 3613,81	R\$ 530,86	R\$ 4144,67
AGENTE OPERACIONAL	R\$ 1814,24	R\$ 266,51	R\$ 2080,75	ESTENOTIPISTA	R\$ 4110,38	R\$ 603,81	R\$ 4714,19
AGENTE ADMINISTRATIVO	R\$ 1911,89	R\$ 280,85	R\$ 2192,74	ASSISTENTE SOCIAL	R\$ 4164,9	R\$ 611,82	R\$ 4776,72
AUX.JUD.ENCARREGADO	R\$ 2200,76	R\$ 323,29	R\$ 2524,05	PSICÓLOGO	R\$ 4164,9	R\$ 611,82	R\$ 4776,72
AGENTE DE FISCALIZAÇÃO	R\$ 2394,58	R\$ 351,76	R\$ 2746,34	CHEFE DE SEÇÃO	R\$ 4493,56	R\$ 660,10	R\$ 5153,66
AGENTE DE SEGURANÇA	R\$ 2688,35	R\$ 394,91	R\$ 3083,26	CHEFE SEÇÃO TÉCNICA	R\$ 4493,56	R\$ 660,10	R\$ 5153,66
AUXILIAR DE SAÚDE	R\$ 2843,28	R\$ 417,67	R\$ 3260,95	SUPERVISOR DE SERVIÇO	R\$ 7365,59	R\$ 1082,00	R\$ 8447,59
ESCREVENTE TÉCNICO	R\$ 3103,29	R\$ 455,87	R\$ 3559,16	COORDENADOR	R\$ 8048,62	R\$ 1182,34	R\$ 9230,96

*sobre esses valores incidem ainda os benefícios como quinquênios, sexta-parte e gratificações; deveriam incidir também juros e correção pelo atraso do pagamento

Sindicato União tenta ser único representante da categoria, mas STF nega

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou seguimento (arquivou) à Ação Originária (AO) 1677, por meio da qual o Sindicato União dos Servidores do Poder Judiciário de São Paulo pedia para ser reconhecido como representante único da categoria com vistas à participação dos servidores na elaboração da proposta orçamentária do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP).

Com esse objetivo, o sindicato entrou com pedido de providência no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mas teve o pleito negado. Contra essa decisão do Conselho, a entidade ajuizou a ação originária no STF com pedido de antecipação de tutela.

Em sua decisão, o ministro Gilmar Mendes salientou que o Conselho não praticou qualquer ato passível de reforma pelo Supremo em competência originária, limitando-se a manter a decisão administrativa do TJ-SP (que se reuniu com uma comissão de representantes de

entidades, da qual a Assojubs faz parte). Citando diversos precedentes, o ministro explicou que a jurisprudência do STF firmou-se no sentido de que as deliberações negativas do CNJ não estão sujeitas a revisão em sede de competência originária.

“É que na presente ação o requerente busca, indevidamente, compelir o CNJ a proferir decisão favorável à sua pretensão, o que não parece razoável, visto que esta Corte não é órgão recursal contra as decisões daquele conselho”, concluiu o ministro que, ao negar seguimento à ação, não analisou o mérito do pedido.

Essa decisão chega ao mesmo tempo em que a categoria de várias regiões do estado, após assembleias que criaram sete sindicatos regionais, enfrenta judicialmente o Sindicato União pelo direito constitucional dos trabalhadores de escolherem livremente sua representação sindical. Em janeiro deste ano, após assembleia realizada no Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, com mais

de 100 judiciários, foi criado o Sintrajus (Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Judiciário Estadual na Baixada Santista, Litoral e Vale do Ribeira).

O Sintrajus em menos de seis meses alcançou 500 sindicalizados e também enfrenta ação judicial na Justiça do Trabalho promovida pelo Sindicato União, que não aceita a decisão da assembleia dos trabalhadores que decidiram escolher sua representação sindical, optando por uma atuação presente nas lutas, de caráter classista e combativo em defesa dos direitos dos trabalhadores. Em primeira instância a decisão da justiça trabalhista foi contrária ao Sintrajus, porém, o Sindicato recorreu e agora aguarda o julgamento no Tribunal Regional do Trabalho.

Para maiores informações sobre o Sintrajus, ligue para (13) 3039-2439 (falar com Lygia, secretária de finanças), acesse o blog www.sintrajus.blogspot.com ou mande e-mail para sintrajus@gmail.com.

“O Império contra-ataca?”

- *Corregedoria do TJ ameaça punir grevistas que participaram do Ato em Monte Alto*
- *Medida reflete práticas autoritárias e corporativas que ainda imperam no Judiciário Paulista*

Os servidores do Judiciário aumentaram a indignação, em agosto, com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que em mais uma medida de desrespeito aos acordos assumidos com a categoria ameaçou, através da Corregedoria Geral, punir dez companheiros grevistas que participaram de ato pelo direito de greve na Comarca de Monte Alto durante movimento paredista de 2010. Um juiz local alega que foi difamado por participantes do movimento.

Essa tentativa de punição com a abertura de processos administrativos, por hora suspensa através de uma liminar, rompe o acordo do dissídio coletivo firmado com representantes da categoria, em setembro do ano passado, para por fim à histórica e mítica greve de 127 dias, que resultou em reposições parciais de 4,77% (dezembro de 2010) e 6,43% (em 2011) e no aumento de quase 200% do auxílio alimentação.

O quinto item desse acordo, aprovado e sancionado pelo Órgão Pleno do TJ, é bem claro e taxativo quanto à ausência de punições pelos atos e manifestações ocorridos no período grevista: "Não haverá sanções administrativas aos funcionários, em decorrência da greve, por seus atos e manifestações".

Na época, até o relator, desembarga-

dor Antônio Carlos Munhoz Soares, então corregedor geral, diante da aprovação do Acórdão no Órgão Pleno, fez questão de declarar seu "voto vencido", manifestando ser contrário ao item de não punição, porém, reconhecendo que diante da aprovação da maioria não poderia haver qualquer tipo de contrariedade a esses termos no futuro.

Infelizmente, ao que parece, para parte da direção do TJ, esse acordo não precisa ser cumprido. Não bastasse sequer ter cumprido totalmente suas dívidas salariais (falta pagar a retroatividade dos 4,77% e o acumulado de 14,69%), não bastasse sequer ter cumprido integralmente a data-base de 2011 (temos a receber ainda a diferença salarial de dois meses), parte da direção do TJ cede ao corporativismo da magistratura - que não gostou que atos autoritários de um de seus membros fossem denunciados e desafiados no ato público ocorrido em Monte Alto - e decide processar administrativamente dez servidores, três deles dirigentes de entidade dos servidores.

Essa prática configura-se em um escândalo jurídico, cuja apreciação mais detalhada já revela idas e vindas de pareceres e solicitações de arquivamento que repentinamente se transformam em

continuidade do processo, tramitação típica de casos onde interesses e pressões parecem ser exercidos nos bastidores a todo o momento para agradar interesses corporativistas e elitistas.

Em reunião Presidência afirma que manterá acordo

Na reunião realizada no TJ, no dia 30 de agosto, foi discutido o assunto da tentativa de punição, que segue suspensa por conta de liminar concedida pelo desembargador Armando Toledo.

Representando a Presidência do Tribunal, o desembargador William Campos, acompanhado pelos juizes assessores Eduardo Marcondes e Hamid Bdine, afirmou aos representantes da categoria que a abertura dos Processos Administrativos "se trata de um desencontro entre a Corregedoria e Presidência do Tribunal". E ressaltou que o presidente, desembargador José Roberto Bedran, "está empenhado em cumprir o acordo assinado entre as partes no dissídio coletivo", em que um dos itens (nº 5) é o de não haver nenhum tipo de punição em decorrência de atos e ações dos grevistas promovidos durante a paralisação.

O desembargador pediu aos representantes "um pouco de paciência" quanto às formas de lidar com o assunto

por ser um problema de ordem "burocrática", pois a Corregedoria tem autonomia e a a e a matéria está jurisdicionalizada. "Podemos pedir para que o presidente que se manifeste, mas a questão é restrita apenas ao episódio de Monte Alto".

Em resposta, os representantes afirmaram que a situação não é um fato isolado e, sim, da categoria, pois diz respeito a colegas que estavam lutando pelos direitos de todos. Segundo Campos, não é possível uma definição em relação à questão na mesa de negociação porque não dá para interferir na decisão do relator do caso.

Os representantes deixaram claro que há uma indignação muito grande na categoria com a tentativa de punição por parte da Corregedoria e que essa insatisfação motiva a realização de uma Assembleia Estadual da categoria para deliberar sobre atos da categoria em relação ao descumprimento do acordo do dissídio coletivo, até porque outros itens do acordo, como o do pagamento de 10 parcelas retroativas de 4,77% (março à dezembro de 2010), até agora não foram pagos.

Assim, se a categoria for desafiada e desrespeitada, uma nova Assembleia Estadual decidirá sobre os rumos dos judiciários.

Veja abaixo o comunicado conjunto das entidades diante das ameaças de punição da Corregedoria

COMUNICADO PÚBLICO DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO DE SÃO PAULO

As Entidades Representativas de Servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo vem a público esclarecer e denunciar o seguinte:

1. Em 1º de setembro de 2010, por ocasião da suspensão do movimento grevista de 127 dias, foi assinado um Termo de Assentada no processo de Dissídio Coletivo por Greve, onde o item número 5 determina:

2. O dissídio coletivo foi assinado pelo então presidente do TJ/SP, desembargador Antonio Carlos Viana Santos, pelos presidentes das Entidades e respectivos advogados, além de representantes do Governo do Estado de São Paulo e do Ministério Público do Estado de São Paulo, devidamente homologado pelo Colendo Órgão Especial, a mais alta instância do Tribunal Paulista.

3. Entretanto, o que foi negociado entre as partes na audiência de Dissídio Coletivo não vem sendo cumprido pelo TJ/SP. Ao contrário, atos de retaliação e perseguição, tanto a representantes de classe, bem como a servidores grevistas vêm ocorrendo. De forma discriminária e arbitrária, a Corregedoria Geral, num flagrante desrespeito ao acordo feito e assinado por todas as partes envolvidas, instaurou processos administrativos contra representantes e servidores.

4. O conjunto das Entidades representativas, por meio de seus respectivos departamentos jurídicos, não permitirá tal ataque à democracia, ao respeito à livre manifestação e à coisa julgada e tomará todas as medidas, de ordem jurídica e política, que forem necessárias para estancar a perseguição a representantes e servidores e garantir o cumprimento integral do acordo que sus-

pendeu a greve de 2010.

5. Caso o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo não reveja tal situação, além das providências que já estão sendo adotadas, o conjunto das Entidades Representativas de Servidores chamará uma Assembleia Geral da Categoria, instância máxima para discutir e deliberar sobre a questão do não cumprimento do acordo firmado no processo de Dissídio Coletivo.

São Paulo, 11 de agosto de 2011

Conjunto das Entidades Representativas de Servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Entidades Estaduais e Nacionais

**ASSOJUBS - AASPTJ-SP - AECOESP - AFFI
AFFMA - AFFOCOS - AJESP - AJUSP - ANSJ
AOJESP - APATEJ - ASJCOESP - ASSETJ
ASSOJURIS - FENASJ - FESPESP - FOJEBRA**

Nep

Nova Estratégia de Produção do TJ

Companheiras (os), o Tribunal de Justiça, diante da falta de funcionários para suprir os mais de 15 mil cargos vagos, que junto com a grande demanda e as péssimas condições de trabalho, ocasionam um acúmulo no acervo de processos nos cartórios (ofícios), bem como aumentam a morosidade, de modo geral, na prestação jurisdicional do atendimento ao público nos fóruns do Estado, busca alternativas organizacionais para minimizar esses problemas.

A partir de 2002 o TJ passou a ter a assessoria, através de contratos de prestação de serviços com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e outros institutos voltados para atuação gerencial em empresas privadas, visando sempre aumento dos lucros e diminuição de custos - leia-se diminuição dos gastos com trabalhadores. Apesar de terem sido gastos milhões de reais, os problemas continuam, tanto na quantidade de processos parados quanto no excesso e sobrecarga de trabalho dos funcionários.

Paralelamente à falta de alternativas concretas e devido aos resultados

duvidosos da assessoria prestada pelos técnicos da FGV, no final de 2006, o juiz Augusto Drummond Lepage e a diretora de cartório Ana Lúcia Negreiros, ambos trabalhando na Corregedoria, organizaram um método de produção cartorária denominado NEP (Nova Estratégia de Produção).

Segundo diz o próprio Lepage, "trata-se de um método baseado no taylorismo/fordismo, de tarefas parceladas e realizadas por equipes - núcleos - de funcionários [que lembra também o toyotismo, método utilizado inicialmente no Japão onde o trabalhador tinha que vestir a camisa da empresa e produzia em equipes, cujos membros cobravam entre si a produtividade], e que rompe com o modo tradicional de organização comprometido com uma visão artesanal da produção selecionada que divide o Ofício em seções e mantém o trabalho do escrevente de acordo com o final do número dos autos". Fonte: NEP - CGJ nº 28.885/08 - fls. 11/7/09 - No texto explicita-se os passos para sua implantação.

Esse método (a NEP) foi implantado inicialmente em Santos, onde os processos pertinentes à área de família, então distribuídos em 12 varas cíveis, foram da noite para o dia transferidos para apenas duas varas de família, ocasionando, obviamente, acúmulo e demora que causaram a ira e reclamação dos advogados. O que a princípio serviu como uma solução de emergência está sendo generalizado em alguns cartórios de vários fóruns do Estado, nos quais houve, no primeiro momento, uma diminuição significativa do acervo existente, mas que com o tempo se torna inviável e improdutivo, principalmente pelo esgotamento físico e mental dos funcionários.

Para fazer uma resumida análise do contexto geral e histórico do qual decorrem os "métodos de produção" citados pelo juiz Lepage, lembraremos um pouco quem foram Taylor e Ford e quais suas propostas de produção:

Taylor (1856-1915), considerado "pai da administração científica", foi um cidadão norte americano que trabalhou, inicialmente, como operador de máquinas, torneiro mecânico, depois se formou e exerceu a função de engenheiro de produção em uma siderúrgica nos EUA, no início do século XX. Ao analisar o processo de produção percebeu que nas tarefas dos operários existiam momentos de dispersão, diminuindo, assim, o ritmo da produtividade. Sua proposta para resolver o "problema" foi controlar e cronometrar o tempo de trabalho dos operários, implantando um gerenciamento rigoroso para garantir a produção dos operários. Para isso era necessário separar o pensar do fazer, a concepção da execução. Nessa divisão de trabalho, os diretores, gerentes, chefes, supervisores, coordenadores pensam e os operários só executam. As tarefas devem ser simplificadas ao máximo para acelerar a rapidez produtiva, ou seja, o ser humano na produção se transforma num mero apêndice da máquina. Isso mesmo: homens e mulheres passam a ser "peças" das máquinas.

Ford (1863-1947), também norte

americano que se tornou na metade do século XX o grande magnata na fabricação de veículos, motores de aviões, entre outros. Aprimorou e manteve todos os princípios da produção parcelada do método taylorista acrescentando, porém, esteira rotativa e a linha de montagem, onde os operários não precisavam sair do seu posto de trabalho para alcançar, manusear e montar peças ou acessórios, aumentando assim ainda mais o ritmo da atividade e por conseguinte o desgaste dos trabalhadores, ao passo que aumentava a produtividade e diminuía os custos da produção. Em resumo, os trabalhadores faziam mais ganhando menos.

Ora, tanto o taylorismo como o fordismo representam nada mais que um aperfeiçoamento da manufatura, que substituiu a produção artesanal nos primórdios da produção do sistema capitalista. Nessa época, o trabalho vivo do homem era quase insubstituível e a super exploração executada pelos patrões através das horas não pagas do trabalho realizado pelos trabalhadores para a produção de mercadorias (hora extra não paga muito similar ao esforço "pedido" pelas direções aos servidores nos cartórios).

Vejam. Isso ocorreu no século passado, onde não havia o desenvolvimento das forças produtivas (máquinas, prédios, mão de obra qualificada, tecnologia, informática) como temos hoje. Porém, contraditoriamente, os avanços e desenvolvimentos tecnológicos empregados no sistema produtivo serviram apenas para aprimorar e aumentar a super exploração dos trabalhadores, com o conseqüente aumento dos lucros das empresas.

A ciência e a tecnologia são resultados dos esforços de todo conjunto social e da humanidade, mas acabam sendo dominadas e centralizadas pelo sistema capitalista em benefício dos patrões, os empresários e gestores "modernos".

É importante ressaltarmos que se toda ciência e a tecnologia estivessem sobre o controle, a organização e o poder dos trabalhadores significariam uma redução profunda na quantidade



de horas dedicadas à produção, uma mudança revolucionária na qualidade e no caráter do trabalho, que deixaria de ser abstrato e baseado na exploração para obtenção do lucro. Com certeza não seria cansativo, sem criatividade, esgotante e alienante. Mas isso só poderá ocorrer num novo modo de produção, onde prevaleça a vontade dos trabalhadores e da população em geral, onde possam realmente decidir livremente sobre o destino de suas vidas.

Método transforma trabalhadores em meros apêndices da máquina

Mas vamos retornar ao contexto inicial. O método taylorista/fordista, ao determinar a separação e divisão de trabalho entre concepção e execução, aumenta a produtividade dos trabalhadores, mas transformando-os em meros apêndices da máquina (o que é impossível) na medida que separa o pensar do fazer, exigindo uma atividade parcelada, simples, repetitiva que se torne automática (mais rapidez), porém, mais cansativa, causando seu esgotamento físico e mental.

No caso do TJ, esse processo ainda é pior pela falta de funcionários; pelo sistema verticalizado e hierarquizado de mando e produção; pelas péssimas condições de trabalho existentes nos fóruns; aumentando a super exploração e incentivando a profunda alienação dos judiciários, que tem origem exatamente nos locais de trabalho, na medida em que os trabalhadores, com o tempo, deixem de ter o conhecimento geral do processo de produção, não participem e não conheçam a elaboração do pensar e planejar desde o início até o resultado final de sua atividade na prestação jurisdicional.

Perda de memória processual é desqualificação dos servidores

Fica a questão: como pode o juiz Augusto Drummond Lepage chamar esse método (NEP) de avançado? Por melhor que seja a intenção (e o inferno está cheio de pessoas bem intencionadas) que ele e sua equipe da Corregedoria tenham em resolver o problema do acervo e da celeridade, a médio e

longo prazo esse método mostrou-se totalmente inócuo pelo esgotamento da força de trabalho. O que ocorreu foi a substituição da memória processual, o acompanhamento dos servidores sobre todo o processo, conhecendo-o, lembrando de seus autores, suas causas, seus procedimentos e suas etapas, por um sistema que tenta reproduzir a esteira em uma linha de montagem.

A perda da memória processual, do conhecimento da realização do processo jurídico como um todo desqualifica o trabalho do escrevente e dos auxiliares na medida que seu parcelamento infinito em tarefas simplificadas pode ser facilmente substituído, e a um custo muito menor, por mão-de-obra menos qualificada e sem concurso público, vide o trabalho dos “estagiários” nas seções, vide terceirizações para empresas prestadoras de serviço, como o caso do arquivo.

Por outro lado, essa dinâmica valoriza e centraliza as decisões nos gestores e acaba facilitando a corrupção, dado que diminuem o número de pessoas que podem fiscalizar por completo o andamento processual - agora apenas duas, o coordenador e o juiz. Partes más intencionadas, assim como maus servidores e juizes, que sempre podem existir, mesmo que sejam a minoria, podem se aproveitar da centralização para facilitar negócios escusos e troca de favores. Quem vai saber?

Funcionários tornam-se apenas executores

Para atingir o objetivo do aumento da produtividade, o método taylorista/fordista que o TJ vem implantando - ultrapassado há quase um século - dividem os poucos funcionários dos cartórios em equipes, os chamados núcleos (ou setores): minutas (despachos), movimentação, cumprimento, atendimento, audiências e acervo, todos supervisionados diretamente pelos diretores de Serviço, oficiais maiores e chefes (que serão incentivados a tornarem-se verdadeiros capatazes, capitães do mato “modernos”). Nesse cenário, sem nenhuma participação no planejamento e controle por parte dos funcionários, seus novos papéis limitam-

se apenas a “executores”.

Para completar, é necessário garantir - mesmo que a força - a aplicação desse método, assim os judiciários serão constantemente avaliados (de forma subjetiva) como preconiza o Provimento 81, o qual regulamenta o Plano de cargos e Carreiras.

É bom não esquecermos que não produzimos mercadorias, nem capital diretamente. No mais das vezes reproduzimos o capital ao prestamos serviço de atendimento ao público, cujos interesses maiores nos processos são das grandes empresas, públicas ou privadas, mas é bom lembrar também que sempre por traz de um papel, de um processo, existem trabalhadores e seus familiares que necessitam da justiça.

Podemos pensar que se o TJ deseja inovar o processo de produção, fazer o que é possível dentro dos limites do desenvolvimento da sociedade atual, por que não aplica a lei federal já existente que determina a justiça sem papel? Que inverta a lógica do capital e tenha a preocupação principal com o ser humano, funcionário e público. Para isso, é necessário ter, além de mais funcionários, prédios e cartórios em boas condições físicas um bom ambiente de trabalho com todo o processo de produção informatizado, usando as novas tecnologias, digitalizando os processos, petições, juntadas, etc., tudo online no sistema computadorizado, onde os funcionários possam acompanhar e resolver, ter acesso e conhecimento completo de todos os passos do andamento dos feitos, sabendo exatamente como trabalhar cada fase, consequentemente numa produção de qualidade e célere, visando o atendimento imparcial, igualitário e o mais justo à população (pelo menos por parte dos judiciários).

Essas mudanças para acontecerem, é claro, requerem maior investimentos nos espaços físicos, em maquinário moderno, na qualificação e melhor remuneração dos funcionários, na redução da jornada de trabalho sem redução dos salários. Mas sabemos que a direção do TJ não quer fazer. Enquanto a magistratura mantiver seus altos “subsídios”, corrigidos e com aumentos reais cons-

tantes, está tudo certo! Só é preciso “aprimorar a produção” para dar uma ilusória satisfação à sociedade, para explicar em algum simpósio corporativo, em busca de uma premiação que resgatou métodos com mais de cem anos, para aumentar a exploração dos trabalhadores. “Innovare”, inovar é preciso.

Afirmar que com tais procedimentos está realizando uma “inovação, um avanço na produção”, é tapar o sol com a peneira, é querer enganar os trabalhadores judiciários e a população, que paga seus impostos para ter um serviço público célere e de qualidade.

Sabemos que tais transformações para ocorrerem dependerão, sim, da unidade, da luta e pressão dos judiciários, os quais ao mesmo tempo terão que realizar uma ampla divulgação e esclarecimento ao conjunto dos trabalhadores e da população.

PROPOSTAS INDICATIVAS:

1. Realizar seminários e debates - gerais e regionais - para aprofundamento e maior esclarecimento do tema, com ampla participação dos funcionários.

2. As avaliações devem ser feitas entre todos nos cartórios, 360 graus; os funcionários são avaliados, mas poderão avaliar também os chefes, as condutas do TJ perante os funcionários, as condições de trabalho, o Plano de Cargos e Carreiras, etc.

3. Temos que pensar em propostas para valorizar e qualificar as funções, como sermos analistas e exigirmos o nível universitário.

4. Cobrar da direção do TJ o que já foi acordado, a participação da categoria através de representantes junto ao Comitê de Recursos Humanos, de forma paritária e permanente, para discussão das avaliações de desempenho (Provimento 81), bem como sobre os métodos e problemas gerais de trabalho.

Nós, da diretoria da Assojubs e do Comando da Base na Capital, iniciamos esse debate, falta darmos continuidade. Contamos com a sua participação.



Assojubs inaugura Clube de



Com a presença de mais de 400 pessoas, entre associados, dependentes e convidados, aconteceu na tarde do dia 27 de agosto, a inauguração do Clube de Campo da Assojubs, em Pedro de Toledo. A área de 127.000 m² - ou 5,5 alqueires - adquirida em 2010 pela associação passou por uma primeira fase de reformas e adaptações necessárias para o uso dos associados.

Nessa fase foram modernizadas e atualizadas instalações da casa sede, reformada a parte elétrica e hidráulica,

a área das caixas d'água, os telhados, as suítes, construída uma nova suíte, um lavabo para o refeitório e dois novos vestiários - próximos à piscina -, além da troca do piso do corredor de acesso às suítes, sua junção a um novo corredor que foi construído, reforma completa na casa dos caseiros, pequenos reparos de alvenaria, instalação de grades de proteção na ducha da piscina e na casa de bomba, pintura geral, compra de extintores de incêndio e instalação das placas indicativas padronizadas.

Na parte de lazer foram instaladas as traves da rede de voleibol e demarcado o campo, além de um novo campo para futebol "caixote", próprio para crianças, e comprado novos equipamentos para sinuca, carteador e tênis de mesa.

O presidente da Assojubs, Alexandre dos Santos explicou que "essa reforma era necessária porque, apesar de já contar com uma estrutura muito boa, a casa era voltada para uma família e teve que ser adaptada para a utilização de uma quantidade maior

de pessoas e poder oferecer segurança e qualidade".

"Após os gastos com a greve, a associação ficou sem recursos. Queríamos reformar logo o Clube de Campo, mas fizemos antes um planejamento para executar as reformas, acompanhando outro trabalho que foi a recomposição do caixa da associação", destacou o diretor financeiro, Silvío Realle.

Ainda falta a reforma do curral para a conclusão da primeira fase. Na segunda fase está programada a

Campo em Pedro de Toledo



aquisição de novas peças de mobiliário, de equipamentos de lazer e quiosques e a criação de espaços para a administração do Clube de Campo. Para a terceira fase está prevista a construção de novas instalações para a hospedagem, provavelmente chalés, que serão erguidos na área atrás da casa sede.

A estrutura do sítio compreende, agora, uma casa sede com seis suítes e 27 leitos, um alojamento coletivo com 34 leitos, refeitório, sala de jogos, sala de TV, piscina, campo de futebol

grande, campo de futebol "caixote", campo de voleibol (grama), além de pastos com animais e curral, pomar, lagos com gansos e patos e uma vista panorâmica sensacional.

Em um dia que o tempo chuvoso deu uma trégua na região, os presentes à inauguração do Clube de Campo puderam curtir momentos de alegria e descontração numa festa acompanhada por um serviço de buffet que preparou um belo churrasco.

A confraternização, realizada no período das 13 às 17 horas, foi o pri-

meiro contato dos associados com o Clube de Campo, que conheceram o local, seus acessos, a estrutura e as dimensões da propriedade. Também serviu para a Diretoria obter sugestões e dicas dos associados, ideias que certamente ajudarão a aprontar os últimos detalhes antes do pleno funcionamento, que deve ocorrer a partir da chegada da primavera, época em que diminuem as chuvas e há um melhor aproveitamento das áreas de lazer, como os campos de futebol, vôlei e a piscina.

O evento, organizado pela Assojubs para apresentar o Clube de Campo aos associados, agradou os participantes, que puderam curtir um dia agradável de lazer e participar da confraternização na companhia dos familiares e amigos.

Esse é mais um passo para o fortalecimento da Assojubs e também das lutas da categoria, pois o espaço também estará disponível para a realização de encontros e outros eventos da organização classista dos judiciais.

Aposentados se reúnem na luta pela aprovação das PECs 555 e 270

O Núcleo dos Aposentados da Assojubs se reencontrou no dia 22 de agosto, em Santos, na Cantina da associação, para discutir a atuação em defesa da aprovação de duas Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) 555/06 e 270/08. Junto com diretores da entidade, os aposentados receberam informações, organizaram atividades e discutiram as questões que propõem o fim da contribuição previdenciária de 11% sobre os valores de aposentadoria acima do teto previdenciário de R\$ 3.691,74 e pelo recebimento do salário integral, com paridade aos da ativa, nos casos de aposentadorias e pensões por invalidez permanente.

Estiveram presentes à reunião as associadas aposentadas Maria Kill Damy Castro, Edna Brito de Moraes, Eliane Martins, Denise Gonçalves Pampolini e Creusa Martins Pequeno e os membros da Diretoria da Assojubs, Alexandre dos Santos (presidente), Hugo Coviello (secretário geral), Laércio Armesto (convênios), Rosângela dos Santos (suplente) e Luiz Milito (comunicação), que também é aposentado.

Porque defender a aprovação das PECs 555 e 270?

A Proposta de Emenda Constitucional nº 555/2006, de autoria do deputado federal Carlos Mota (PSB/MG), revoga o dispositivo contido no art. 4º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, acabando com a cobrança de

contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados acima de R\$ 3 691,74.

A Proposta de Emenda Constitucional nº 270/2008, de autoria da deputada federal Andreia Zito (PSDB/RJ), acrescenta o parágrafo 9º ao art. 40 da Constituição Federal de 1988 para garantir ao servidor que se aposentar por invalidez permanente o direito dos proventos integrais com paridade aos servidores da ativa.

Reivindicação justa e necessária

A contribuição previdenciária incidente sobre os salários dos aposentados é uma injustiça e imoralidade, pois a Seguridade Social (da qual faz parte a Previdência) teve, só em 2010, um saldo positivo superior a R\$ 58 bilhões. Afirmar que é deficitária, como o Governo Federal faz, é uma mentira deslavada.

Depois de contribuir em toda vida funcional, ao se aposentar, os trabalhadores servidores públicos ainda tem que arcar com o pagamento de 11% (parte dos judiciários, por exemplo) do que estiver acima do teto do INSS, que é de R\$ 3.691,74. Para os aposentados por invalidez, exigimos a paridade com os da ativa, pois esses companheiros (as) tem descontos e defasagem continuada em seus proventos, como um claro rebaixamento na qualidade de vida.

A luta em defesa das PECs teve um evento importante organizado pela Fren-



Núcleo dos Aposentados reunido na Cantina Assojubs

te Nacional São Paulo e pelo Instituto Mosap (Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas), que foi o Encontro dos Servidores Públicos Ativos Aposentados e Pensionistas (federal, estaduais e municipais) no dia 31 de agosto, em Brasília. Pela Assojubs participaram dois representantes: Maria Kill e Luiz Milito (Núcleo dos Aposentados).

Fica claro que a luta dos aposentados tem que ser em conjunto com os trabalhadores da ativa, não só pelas PECs, mas também por uma Previdência Pública de qualidade, por um bom

atendimento de saúde, no caso do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe) e por melhorias salariais.

Desta forma, a diretoria da Assojubs está empenhada em reativar a organização do Núcleo dos Aposentados (da Baixada Santista, Capital e demais regiões), que deverá se reunir sistematicamente. E para melhorar a comunicação será criado um grupo de discussão, via e-mail, dos associados aposentados e um blog do Núcleo dos Aposentados, que ficará em nosso site, para atualização de informes e propostas.

Núcleo dos Aposentados também discute o Iamspe

Na reunião foram também passados os informes sobre a situação do Iamspe, pois os servidores, apesar de contribuírem mensalmente com 2% do salário para ter um atendimento médico-hospitalar, incluindo emergências, acabam pagando caros planos de saúde privada porque não encontram garantias de um tratamento completo por parte do Instituto, principalmente na Baixada Santista e Litoral Sul. Pior ainda para os aposentados. Com o avanço da idade, os valores dos planos médicos aumentam de tal forma que fica difícil manter essa despesa e ainda arcar com a compra de remédios.

O Núcleo discutiu a situação da falta de atendimento hospitalar e de emergência na Baixada Santista – apenas o Hospital Santo Amaro, no Guarujá, está disponível – e também a falta de atendimento para os procedimentos médicos de-

terminados após as consultas na rede conveniada, os quais são encaminhados para o Hospital do Servidor Público em São Paulo.

Alguns avanços obtidos a partir do trabalho da Comissão Regional (CR) da Comissão Consultiva Mista do Iamspe (CCM), na qual a Assojubs ocupa a Secretaria Geral, foram ressaltados, como o transporte de pacientes agendado, feito por vans duas vezes na semana, para o Hospital do Servidor Público, na Capital, e a mudança da sede do Ceama para um espaço maior e mais adequado para os servidores, cujo processo de locação está em fase final, segundo a direção do Iamspe.

Ainda assim a luta pelo atendimento médico hospitalar segue como prioridade para os servidores da região. A superintendência do Iamspe reluta em investir numa estrutura própria, seguindo a linha de buscar convênio com um hospital par-

ticular. Ao mesmo tempo alega a existência de um lobby dos hospitais particulares da região, que não fazem convênio com o Instituto, preferindo vender planos de saúde aos servidores públicos, um de seus públicos alvos.

A CR-CCM luta pela instalação de uma estrutura própria do Iamspe, ou seja, sem a usual terceirização praticada por quase todos os órgãos públicos sob administração do PSDB. A CR-CCM defende que tenhamos, inicialmente, um pronto atendimento ou pronto-socorro do Iamspe, que no futuro possa se tornar o Hospital do Servidor Público da região.

No dia 19 haverá uma audiência pública sobre o Orçamento do Estado na Câmara Municipal de Santos, às 10 horas, onde a CR-CCM estará presente para reivindicar mais recursos para o Iamspe.

Judiciários participam do Encontro dos Servidores Públicos Ativos, Aposentados e Pensionistas

Em torno de mil servidores públicos de vários estados, entre eles os paulistas, em sua maior parte organizada pela Frente Nacional São Paulo em defesa das PECs 555/06 e 270/08, lotaram o Auditório Petrônio Portela do Senado Federal, em Brasília, na quarta-feira, 31 de agosto, numa luta pela aprovação dos Projetos de Emenda Constitucional.

A participação foi durante o Encontro dos Servidores Públicos Ativos Aposentados e Pensionistas, coordenado pelo Instituto Mosap (Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas). A Assojubs esteve presente, representada por Luiz Milito, diretor de Comunicação, e Maria Kill Damy Castro, do Núcleo de Aposentados, bem como dirigentes de dezenas de entidades da categoria e trabalhadores das diversas áreas do funcionalismo público.

O evento contou com a presença de vários deputados e senadores, como Ivan Valente (PSOL), Paulo Paim (PT/RS), Arnaldo Faria de Sá (PTB), João Eduardo Dado (PDT), Protógenes Queiroz (PCdoB), Arlindo Chinaglia (PT), Duarte Nogueira (PSDB), Paulo Rubens Santiago (PDT), João Ananias (PC do B), André Moura (PSC), Amauri Teixeira (PT), Vitor Paulo (PRB), além da autora da PEC 270, deputada Andreia Zito (PSDB/RJ), que garantiu que a proposta será aprovada. "Que bom ver essa casa cheia. Obrigada, de coração, por vocês estarem aqui. Com toda a certeza vamos aprovar a 270 com a ajuda de vocês", reforçou. O ex-deputado Carlos Mota, autor da PEC 555, também demonstrou satisfação com o encontro organizado pelo Mosap: "É impressionante a força deste Movimento".

Os políticos que foram convidados e avisados do Encontro, sabendo da presença de centenas de trabalhadores, compareceram ao local para apresentar suas manifestações, que de um modo geral foram de apoio e comprometimento em votar a favor da aprovação das PECs.

Outros parlamentares fizeram críticas ao PL 1992/07, que institui o fundo de previdência do funcionalismo, de iniciativa e total apoio do governo Federal, e também do governo Geraldo Alckmin (PSDB), em São Paulo, que elaborou um projeto de lei similar criando a SPPREVCOM, aposentadoria complementar para todos os servidores públicos que adentraram ao quadro oficial a partir de agora e que terão tetos de aposentadorias iguais aos do Regime Geral de Previdência INSS.

Não há déficit na previdência

Ao abordar o tema "Previdência e Custeio", a auditora fiscal Clemilce Sanfim Carvalho afirmou que não há déficit na Previdência. Em sua visão, o Governo utiliza o discurso de que o sistema é deficitário para desmoralizar o maior



A luta dos servidores em Brasília; no destaque, Luiz Milito e Maria Kill, da Assojubs

distribuidor de renda do mundo. "O cálculo é feito de forma errada. O falacioso rombo do sistema é uma mentira deslavada, uma coisa criada, construída", afirmou a aposentada.

Clemilce Carvalho defendeu que a Previdência Social não é problema e, sim, solução para o Governo que, segundo ela, se apropria das diferenças da Seguridade Social. "A Seguridade Social financia outros programas do Governo através do Tesouro Nacional. Hoje vemos o Governo utilizando R\$ 10 bilhões do nosso esforço para pagar suas dívidas. Devemos lembrar que o desvio de verba da Seguridade Social para outras áreas é ilegal", alertou a auditora, que lembrou ainda que o governo está querendo desonerar grandes empresários sem exigir contrapartidas.

Ao falar sobre saúde e segurança no trabalho, o médico e auditor fiscal do Trabalho Francisco Luis Lima disse que, atualmente, existem 34 normas regulamentadoras de segurança no trabalho que tratam da prevenção de acidentes, do programa de prevenção de riscos ambientais, do programa de controle médico de saúde

de ocupacional, entre outros. No entanto, destacou que muitos trabalhadores não conhecem os procedimentos.

Segundo ele, todo trabalhador é obrigado a ter conhecimento dos riscos a que expõe sua vida no ambiente de trabalho. O Decreto nº 6856/2009 determina a realização de exames periódicos dos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. "Mas a regra ainda não é devidamente seguida", lamenta o médico.

O Art. 2º do decreto determina que realização de exames médicos periódicos tem como objetivo, prioritariamente, a preservação da saúde dos servidores em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.

De acordo com o auditor fiscal, o mapa de risco é elaborado a partir da identificação dos fatores de riscos existentes no local de trabalho e envolvem condições físicas, químicas, biológicas, ergonômicas (esforço físico, posições forçadas,) e acidentais.

A perita médica do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), Ana Maria Facce,

apresentou casos de servidores que, mesmo acometidos de grave doença, preferiram abrir mão da aposentadoria depois que viram o quanto teriam o salário reduzido. "Antigamente, quando o servidor era acometido com doença grave, ele se aposentava integralmente e ficava isento do imposto de renda para poder arcar com as despesas. Atualmente não é assim. Muitos preferem ficar afastados por incapacidade laboral durante anos a ter que se aposentar", disse.

Continuar a luta e organização nos Estados

Vamos manter nossas atividades procurando, agora, organizar ainda mais as ações em cada Estado. Em São Paulo, a Frente Nacional São Paulo tem que manter as reuniões e trazer maior participação dos servidores, e seus coordenadores, em conjunto com os diretores das entidades, devem organizar uma grande manifestação com audiência pública para cobrar dos deputados e senadores a votação a favor da PECs, e cobrar do governo, contra a privatização e descaso com a Previdência e, de um modo geral, do sucateamento do serviço público.

Benefício previdenciário e pensionistas

Durante a última reunião entre representantes dos servidores e o Tribunal de Justiça, em 30 de agosto, novamente discutiu-se o problema dos aposentados pelo benefício previdenciário e pensionistas, há três anos sem nenhum índice de reposição, nem o do TJ nem o previdenciário, definido pelo Governo Federal, mas aplicado mas aplicado pela São Paulo Previdência

(estadual), pois havia um conflito sobre a qual instituição - se o Tribunal ou a SPPREV - estariam subscritos esses servidores e sua respectiva folha de pagamento.

No encontro anterior - em 15 de junho -, o TJ havia se comprometido a tirar esse grupo - cerca de 3.300 aposentados e pensionistas - do SPPREV e inseri-los na folha de pagamento do

Órgão, efetuando, assim, o pagamento com os mesmos índices conseguidos pelos funcionários ativos. Porém, até agora, nada mudou.

Com a decisão dos representantes de levar cerca de 200 aposentados e pensionistas aos corredores da Presidência do TJ, na data do pagamento, para reivindicar a aplicação imediata das reposições devidas há três anos,

o desembargador, constringido com o possível tumulto, declarou que no começo de setembro seria definida a data para aplicar as reposições devidas aos aposentados e pensionistas.

No dia 5 o Tribunal divulgou que uma resposta definitiva sobre o assunto será passada no dia 20 de setembro, data da próxima reunião dos representantes dos servidores com o Órgão.

Contribuições dos Aposentados e Pensionistas x Renúncias Previdenciárias* 2004 a 2010 (em R\$ bilhões)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Média mensal	Média anual
Renúncias	11,08	12,79	14,05	14,93	15,24	17,13	18,18	1,05	14,77
Inativos (A)	0,33	0,77	0,93	1,06	1,21	1,35	1,54	0,08	1,02
Pensionistas (B)	0,02	0,22	0,31	0,36	0,42	0,46	0,51	0,02	0,32
Total de Contribuições(A+B)	0,35	0,99	1,24	1,42	1,63	1,61	2,05	0,10	1,35

Fonte: receitas e despesas previdenciárias: SPS/MPS; renúncias: STN e RFB; organização: Anfip e Fundação Anfip

* Renúncias Previdenciárias são as isenções e descontos nas contribuições sobre a folha de pagamento que o Governo dá às empresas

Receitas e despesas da seguridade social - 2008 a 2010 (em bilhões)

Receitas realizadas	2008	2009	2010
Receitas de contribuições sociais (contribuições sociais do RGPS, Cofins, CSLL, etc)	359.840	375.887	441.266
Receitas de entidades da Seguridade Social (MPS, MDS, MS)	15.191	14.923	14.224
Contrapartida do Orçamento Fiscal para o EPU	2.048	2.015	2.136
Receita Total	377.079	392.826	458.626
Despesas liquidadas	2008	2009	2010
Benefícios previdenciários (urbanos, rurais e compensação)	199.562	255.096	254.859
Benefícios assistenciais (Loas e RMV)	15.641	18.712	22.234
Bolsa Família e outras transferências de renda	10.526	11.851	13.493
EPU (Benefícios de Legislação Especial)	2.048	2.015	2.136
Saúde: Despesas do MS (inclusive pessoal)	50.265	58.261	61.096
Assistência Social: Despesas do MDS (inclusive pessoal)	2.678	2.771	3.099
Previdência Social: Despesas do MPS (inclusive pessoal)	4.752	6.262	6.478
Outras ações da Seguridade Social	3.894	7.174	7.510
Benefícios do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	20.690	27.077	29.195
Outras Ações do FAT	0.724	0.666	0.417
Despesa Total	310.779	359.886	400.517
Saldo da Seguridade Social	66.300	32.940	58.109

Fonte: MPS e STN-MF; Organização: Anfip e Fundação Anfip

Greve 2004

Estado condenado a indenizar advogado por greve do Judiciário

O advogado Luis Olavo Rodrigues de Almeida conseguiu o direito a receber indenização de R\$ 10 mil da Fazenda Pública do Estado de São Paulo por causa da greve dos servidores do Tribunal de Justiça em 2004, numa decisão tomada pela 3ª Câmara do Tribunal de Justiça de São Paulo.

O desembargador Barreto da Fonseca, relator do processo, considerou que houve "flagrante desrespeito do Governo do Estado de São Paulo ao mandamento constitucional que determina revisão geral anual à remuneração dos servidores públicos", responsabilizando o agente público pelos motivos que ensejaram a greve. E mais. Entendeu que a indenização seria devida mesmo que o direito a greve não estivesse assegurado no artigo pela Constituição, afirmando, em relação ao

valor da multa, que os administradores estatais devem perceber que é mais barato "cumprir a Constituição da República e dar reajustes dignos, do que pretender entesourar, às custas dos servidores".

Barreto da Fonseca também desconsiderou a alegação de que os prazos processuais estavam suspensos entre 7 de julho e 13 de outubro de 2004, entendendo que de qualquer forma o advogado ficou impedido de exercer a advocacia e auferir rendimento.

A alegação do causidico foi que a greve lhe causou danos ao obstacularizar sua atividade profissional naquele período e que tal fato ocorreu devido à omissão do Estado ao não impedir o movimento grevista, seja por não ter fornecido apoio logístico para contornar os efeitos da paralisação, não ter remunera-

rado adequadamente os servidores segundo a lei ou por não conter o movimento.

Dentro da turma de julgamento houve a discordância do desembargador Leonel Costa, que negou provimento ao recurso do advogado. Segundo ele, o direito de greve ainda não está estabelecido aos servidores públicos, falta definição em lei específica a ser editada pelo Congresso Nacional sobre os termos e limites desse direito e, portanto, a greve deveria ser considerada ilegal e seus responsáveis responder pelos prejuízos. Mas sua tese foi voto vencido. Prevaleceu o entendimento da responsabilidade do Estado, decisão que pode vir a se tornar determinante para o cumprimento dos direitos dos servidores do Judiciário no futuro.

Relação de ações patrocinadas pela Assojubs

➤ URV – Unidade Real de Valor

Quem tem direito: todos os servidores do Poder Judiciário.

Documentação necessária:

- Cópia da Identidade Funcional;
- Cópia dos holerites dos meses de 02/1994 a 05/1994 e três últimos;
- Procuração e Declaração de Carência Jurídica;
- Não há taxa de adesão nem cobrança de honorários advocatícios.

➤ Indenização em face do cumprimento à data-base (Lei Estadual 12.177/2005 c/c artigo 37, X C.F.)

Quem tem direito: todos os servidores do Poder Judiciário (independentemente do regime de contratação).

Documentação necessária:

- Cópia da Identidade Funcional;
- Cópia dos três últimos Holerites;
- Procuração e Declaração de Carência Jurídica;
- Não há taxa de adesão nem cobrança de honorários advocatícios.

➤ Cobrança do FAM (Fundo de Atualização Monetária)

Quem tem direito: todos que ainda tiverem fundo a receber.

Documentação necessária:

- Cópia da Identidade funcional;
- Cópia dos três últimos holerites onde constem os últimos pagamento do FAM ao funcionário;
- Certidão ORIGINAL expedida pelo DEPE onde conste o valor a receber de FAM (pode ser antiga);
- Procuração e Declaração de Carência Jurídica;
- Não há taxa de adesão nem cobrança de honorários advocatícios.

➤ Contribuição previdenciária (IPESP/SPPREV)

Essa ação busca a restituição de todos os valores que foram descontados a título de contribuição previdenciária instituída pela Lei Complementar Estadual nº 943/2003.

Quem tem direito: todos os servidores públicos estaduais.

Documentação necessária:

- Cópia da identidade funcional;
- Cópia dos holerites dos meses de 07/2003 a 08/2007 e último holerite;
- Procuração e Declaração de Carência Jurídica;
- Não há taxa de adesão nem cobrança de honorários advocatícios.

➤ Desvio de função

Ação pleiteando diferenças salariais para os servidores que exercem funções de cargo superior ao que foram admitidos.

Quem tem direito: todos os servidores que desenvolvam atribuições diversas do cargo para qual foi contratado.

Documentação necessária:

- Cópia da Identidade Funcional;
- Cópia do último holerite;
- Certidão do Magistrado reconhecendo o período de desvio funcional;
- Prova documental da assunção de função diversa;
- Relação de testemunhas;
- Procuração e Declaração de Carência Jurídica;
- Não há taxa de adesão nem cobrança de honorários advocatícios.

➤ Ações do quinquênio

Quem tem direito: todos os servidores que não receberam o quinquênio ou que receberam em valor inferior.

Documentação necessária:

- Cópia da Identidade Funcional;
- Cópia dos três últimos holerites;
- Certidão do DEPE que comprove o direito;
- Procuração e Declaração de Carência Jurídica;
- Não há taxa de adesão nem cobrança de honorários advocatícios.

➤ Indenização pelo não pagamento das férias e licença-prêmio em pecúnia

Quem tem direito: todos os servidores que não receberam e não gozaram licença-prêmio e férias.

Documentação necessária:

- Cópia da Identidade Funcional;
- Cópia dos últimos três holerites;
- Certidão do DEPE que comprove o direito;
- Procuração e Declaração de Carência Jurídica;
- Não há taxa de adesão nem cobrança de honorários advocatícios.

➤ Recálculo da sexta parte sobre a totalidade dos vencimentos

Quem tem direito: todos os que recebem a sexta parte.

Documentação necessária:

- Cópia da Identidade Funcional;
- Cópia do último holerite onde conste o pagamento da sexta parte;
- Procuração e Declaração de Carência Jurídica;
- Não há taxa de adesão nem cobrança de honorários advocatícios.

➤ Revisão do cálculo dos 150% (RETJ)

Quem tem direito: todos os servidores os Oficiais de Justiça do Poder Judiciário.

Documentação necessária:

- Cópia da Identidade Funcional;
- Cópia do último holerite;
- Procuração e Declaração de Carência Jurídica;
- Não há taxa de adesão nem cobrança de honorários advocatícios.

➤ Indenização das diligências não pagas em decorrência da inscrição do servidor no Cadin

Quem tem direito: todos os oficiais de justiça que não receberam diligência em decorrência de sua inscrição no CADIN.

Documentação necessária:

- Cópia da Identidade Funcional;
- Cópia dos últimos três holerites;
- Mapas das diligências não pagas;
- Procuração e Declaração de Carência Jurídica;
- Não há taxa de adesão nem cobrança de honorários advocatícios.

➤ Limitação dos descontos da greve à décima parte dos vencimentos líquidos

Quem tem direito: todos os servidores do Poder Judiciário que têm descontados valores acima da décima parte de seus vencimentos líquidos.

Documentação necessária:

- Cópia da Identidade Funcional;
- Cópia de todos os holerites em que houveram descontos;
- Procuração e Declaração de Carência Jurídica;
- Não há taxa de adesão nem cobrança de honorários advocatícios.



Associe-se!

Entre em contato com a Secretária:

Assojubs Santos – (13) 3223-2377

Assojubs São Vicente – (13) 3468-2665

Assojubs São Paulo – (11) 3101-6085

Aqui o associado ganha desconto

GUARUJÁ

Acqua Mundo

Endereço: Av. Miguel Stéfano, 2001, Enseada
 Telefone: (13) 3398-3000 / 3379-2709
 Site: www.acquamundo.com.br
30% de desconto

SANTOS

Ótica A Melhor

Endereço: Rua Frei Gaspar, 138, Centro
 Telefone: (13) 3219-2495
 E-mail: oticamelhor@hotmail.com
Até 30% de desconto

Maison Glass

Endereço: Rua Venâncio José Lisboa, 43, Ponta da Praia
 Telefone: (13) 3062-4242
15% de desconto

Senac Editora

Telefone: (13) 2105-7799
 Site: www.editorasenacsp.com.br
20% de desconto

Luiz Fernando de Moraes Rosa

Endereço: Rua José Clemente Pereira, 37, Campo Grande
 Telefone: (13) 3322-7998
20% de desconto nos serviços contratados

DJ Barbosa

Endereço: Praça da Independência, 7, Gonzaga
 Telefone: (13) 8128-9589
A partir de 10% de desconto

Impact Equipamentos

Telefone: (13) 3021-2434 / 7811-8872
 ID 96*65310
 Site: www.impactequipamentos.com
10% a 15% de desconto

Fisioterapia e Terapia Ocupacional -

Michelle Cassia Alves
 Endereço: Rua São Vicente de Paula, 79, apto. 23, Encruzilhada
 Telefone: 13 3235-7069
20% de desconto

SÃO VICENTE

Limpestof

Endereço: Rua Dom Lara, 1059, Vila Valença
 Telefone: (13) 3466-5029 / 9154-96
10% de desconto

TURISMO

Águas de São Pedro

Senac Hotel Escola - Grande Hotel São Pedro
 Endereço: Parque Dr. Otávio de Moura Andrade, s/n Telefone: 0800 7700 790 (Central de Reservas)
 Site: www.grandehotelsenac.com.br
5% a 10% de desconto

Campos do Jordão

Senac Hotel Escola- Grande Hotel Campos do Jordão
 Endereço: Av. Frei Orestes Girardi, 3549, Vila Capivari Telefone: 0800 7700 790 (Central de Reservas)
 Site: www.grandehotelsenac.com.br
5% a 10% de desconto

EDUCACIONAL - CURSOS

CNA

Site: www.cna.com.br
 Cubatão: (13) 3361-2525
15% de desconto
 Guarujá: (13) 3355-2623
15% de desconto
 Praia Grande: (13) 3473-5568
15% de desconto
 São Vicente: (13) 3468-7660
15% de desconto
 Registro: (13) 3822-2122
10% de desconto
 Itanhaém: (13) 3422-6318
40% de desconto

CCBEU

Site: www.ccbeunet.br
 Cubatão: (13) 3364-2437
10% de desconto para pagamento parcelado de semestralidade
 São Vicente: (13) 3324-3089
30% de desconto
 Santos: (13) 4009-3293
30% de desconto

All Net

Site: www.grupoallnet.com.br
70% de desconto na mensalidade
 Campo Limpo Paulista: (11) 5843-2000
 Diadema: (11) 2173-9999
 Guarulhos: (11) 2168-9400
 Mauá: (11) 4541-1000
 Mogi das Cruzes: (11) 4798 6000
 Osasco: (11) 3653-6000
 São Bernardo do Campo: (11) 4123-0011
 São Caetano do Sul: (11) 4238-0009
 São Paulo: (11) 5669-7900 / 6919-3000

Confira a lista completa dos convênios em nosso site

www.assojubs.org.br

Até que enfim!

Justiça impede privatização dos hospitais públicos em São Paulo

Na última semana de dezembro de 2010, o governo do PSDB, na época chefiado por Alberto Goldman, aprovou na Assembleia Legislativa de São Paulo - contando com o apoio dos partidos da base aliada (PSDB, PMDB, PP, DEM, PTB, PSB, PPS, PDT) - uma das mais absurdas leis referentes às garantias sociais e ao atendimento público à saúde.

A lei 1.131/2010, mais conhecida como “lei da dupla porta”, estabelece que os hospitais públicos geridos por Organizações Sociais (OS) e o Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE-Iamspe) possam destinar até 25% dos leitos e outros serviços para planos de saúde e particulares. Esse verdadeiro descalabro que criaria, na prática, um atendimento diferenciado, e sem dúvida, melhor e mais rápido para os conveniados de planos particulares dentro de hospitais públicos ainda foi regulamentado por Geraldo Alckmin (PSDB), através do decreto 57.108/2011.

Repare o absurdo: até o Iamspe, que apesar de ser administrado pelo Estado é sustentado pelos servidores públicos - dado que o Estado nunca aportou seus 2% correspondentes em paridade com o que é descontado de cada servidor -, seria obrigado a abrir 25% das vagas do HSPE para os planos privados.

Na época da aprovação da lei apenas os partidos de oposição (PT, PSOL e PCdoB, mais o deputado Olimpio Gomes, dissidente do PDT) foram contrários a esse ataque à saúde pública. A Assojubs estava presente no plenário, na mesma data da votação do orçamento do Estado, e seus diretores e associados se posicionaram fortemente contra o projeto e puxaram o coro de vaias e manifestações, que, infelizmente, pouco adiantou.

Os deputados governistas da Baixada Santista, Bruno Covas e Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) e Luciano Batista (PSB), foram favoráveis a entregar 25% do atendimento, já caótico e insuficiente, dos hospitais públicos paulistas para os planos médicos privados. Lembre-se disso em 2012 e 2014.

Mas nem tudo está perdido na Justiça Paulista. No início do ano, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPE) deu entrada à ação civil pública com pedido de liminar contra essa lei. Na ação, os promotores Arthur Pinto Filho e Luiz Roberto Cicogna Faggioni, da Promotoria de Justiça de Direitos Humanos e Saúde Pública do MPE, pediam à Justiça que declarasse a inconstitucionalidade e ilegalidade da lei paulista, além de impedir que o Governo Estadual celebrasse contratos de gestão, alterações e aditamentos entre OS e planos de saúde.

O juiz Marcos de Lima Porta, da 5ª Vara da Fazenda Pública, acatou a representação do MPE e concedeu “liminar para determinar que o requerido se abstenha de celebrar contratos de gestão, alterações ou aditamentos de contratos de gestão com organizações sociais, suspendendo-se, por ora, os efeitos concretos do Decreto Estadual nº 57.108/2001, fixando-se multa diária de R\$10.000,00 a ser arcada pessoalmente pelos agentes públicos que descumprirem as obrigações oriundas desta decisão judicial”.

Na argumentação que concedeu a liminar, o juiz

Marcos de Lima Porta afirma que: “Os documentos que instruem a inicial revelam que o requerido deixou de aplicar o dinheiro devido na área da saúde. Há filas de espera de atendimento e demanda reprimida, sem falar no fato de que a cobrança do ressarcimento dos gastos deve ser feita pela ANS”.

Afirmou também que: “O efeito pretendido pelo mencionado decreto favorece a prática de ‘dupla porta’ de entrada, selecionando beneficiários de planos de saúde privados para atendimento nos hospitais públicos geridos por Organizações Sociais, promovendo, assim, a institucionalização da atenção diferenciada com preferência na marcação e no agendamento de consultas, exames e internação; melhor conforto de hotelaria, como já acontece em alguns hospitais universitários no Estado de São Paulo”. E concluiu: “Vê-se evidente afronta ao Estado de Direito e ao interesse público primário da coletividade”.

O promotor Arthur Pinto Filho enalteceu o resultado: “Essa liminar significa que o Governo do Estado de São Paulo está proibido de entregar 25% dos serviços dos hospitais públicos geridos por OS para planos privados de saúde”. E salientou que, conseqüentemente, o Icesp (Instituto do Câncer do Estado de São Paulo) e o Instituto de Transplantes, que foram os primeiros autorizados a comercializar os seus serviços com planos de saúde, não podem fazer isso.

É importante destacar esse ponto. Apesar do caos na maioria dos hospitais públicos estaduais, alguns centros de referência e excelência no tratamento médico de doenças mais graves, como câncer, caso do Icesp, e os transplantes de órgãos, estão nas mãos do Estado e são justamente “as jóias da coroa” cobiçadas pelos planos privados. Criar ou contratar hospitais para atender esses casos possui alto custo e exige estruturas complexas, tecnologias avançadas e profissionais de alto nível, com tabelas caríssimas na rede particular. A tabela do Sistema Único de Saúde (SUS) é mais barata. Para os planos privados, então, nada melhor que lucrar oferecendo possibilidades custeadas com dinheiro público.

“A decisão do juiz Marcos de Lima Porta representa uma posição forte na luta pela implementação do SUS em São Paulo”, elogiou o promotor Arthur Pinto Filho, que também ressaltou a importância do posicionamento contrário à lei de entidades da área da saúde como o Cremesp (Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo), Cosems (Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo), Conselho Nacional de Saúde, Sindicatos dos Médicos e dos Psicólogos.

Essa decisão traz um pouco de credibilidade para o Judiciário Paulista e renova a expectativa de se por freio no processo de transferência de fundos públicos para a iniciativa privada, prática que há 16 anos vigora no Estado de São Paulo.

Espera-se que a decisão seja mantida, se reconheça a ilegalidade da “lei da dupla porta” e seus efeitos sejam estendidos a todos os hospitais públicos ou universitários do Estado de São Paulo. O Governo Alckmin (PSDB) tem 60 dias para apresentar a sua defesa.

LFG - Curso Jurídico

Endereço: Rua Euclides da Cunha, 11, Gonzaga

Telefone: (13) 3021-8352

Site: www.lfg.com.br

10% de desconto

EDUCACIONAL – FACULDADES

Unip

Site: www.unip.br

5% a 10% de desconto

Unidade Vila Guilherme: (11) 2790-1550

Unidade Parque São Jorge: (11) 2090-4500

Unidade Pinheiros: (11) 3039-7940

Faita - Itanhaém

Endereço: Av. Embaixador Pedro de Toledo, 196, Centro

Telefone: (13) 3426-5040

Site: www.faita.com.br

10% de desconto

Uniesp - Guarujá

Endereço: Av. Ademar de Barros, 820, Jardim Santo Antônio

Telefone: (13) 3326-5466

Site: www.uniesp.edu.br

10% a 50% de desconto

UNIBR – São Vicente

Endereço: Av. Capitão Mor Aguiar, 798, Parque Bitarú

Telefone: (13) 3569-8200

Site: www.unibr.com.br

15% de desconto

Eu ouvi o canto da sereia

*Eu ouvi o canto da Sereia
E como era belo e encantador
Com ele me embebeci de esperança
E com alegria espantei a dor.*

*Era um canto trazido pelo vento
Não de ventania nem, tampouco, tormento
Mas de uma brisa suave
A acariciar minha face.*

*Eu ouvi o canto da Sereia
Era lindo, suave e melodioso
Transformou o caos de tal maneira
Em tudo mais harmonioso.*

*Eu me permiti ouvir aquele canto
E em companhias de outros o mesmo espanto
Não o ouvi só olhando o mar
Era na praça o encanto daquele canto.*

*Eu ouvi o canto da Sereia
O canto cantado de peito aberto e sem dor
Era o canto de uma única voz
A voz do trabalhador.*

Silvio Lima

Quick Massage na Assojubs: quartas em São Vicente e quintas em Santos

Os associados de Santos e São Vicente dispõem das sessões de quick massage, através do atendimento da massoterapeuta Fernanda Moraes Sobral. Os interessados devem marcar o horário na Secretaria com, no mínimo, dois dias de antecedência para que a profissional possa organizar sua agenda.

Em São Vicente as sessões são às quartas-feiras, das 9 às 17h30, na sede da associação na Comarca. Em Santos o atendimento acontece às quintas-feiras, das 8 às 18 horas. Para a sessão de 15 minutos o valor é de R\$ 10,00 e para a sessão de 30 minutos o custo é de R\$ 25,00. O pagamento pode ser feito através do débito em conta.



Associe-se:

- | | | |
|-----------------------------|--------------------------------|---------------------------|
| 1) Assistência Jurídica | 4) Cartão de consumo Vale Card | 7) Convênios de descontos |
| 2) Planos médicos | 5) Restaurante (Santos) | 8) Barraca de Praia |
| 3) Ambulatório odontológico | 6) Convênios educacionais | 9) Lazer - Clube de Campo |

Ficha de Filiação Associados Efetivos		Foto
Número <input type="text"/>		
Nome: <input type="text"/>		
RG: <input type="text"/>	D.Nasc. <input type="text"/> / <input type="text"/> / <input type="text"/>	
CPF: <input type="text"/>	Est. Civil: <input type="text"/>	
End: <input type="text"/>	Nº <input type="text"/> Compl. <input type="text"/>	
Bairro: <input type="text"/>	Cep: <input type="text"/>	
Cidade: <input type="text"/>	Tel: <input type="text"/>	
email: <input type="text"/>	Cel: <input type="text"/>	
Função: <input type="text"/>	Matricula: <input type="text"/>	
Lotação: <input type="text"/>	Cidade: <input type="text"/>	
Conjuge: <input type="text"/>	D.Nasc. <input type="text"/> / <input type="text"/> / <input type="text"/>	
Dependentes <input type="text"/>	D.Nasc. <input type="text"/> / <input type="text"/> / <input type="text"/>	
Dependentes <input type="text"/>	D.Nasc. <input type="text"/> / <input type="text"/> / <input type="text"/>	
Dependentes <input type="text"/>	D.Nasc. <input type="text"/> / <input type="text"/> / <input type="text"/>	

Autorização

Eu: Titular
da conta corrente nº do banco ag.

autorizo a Associação de Base dos Funcionários e Servidores do Poder Judiciário Estado de São Paulo, a debitar mensalmente em minha conta corrente ou via Prodesp, o valor equivalente à contribuição de associado, conforme especificado abaixo:

0,85% dos vencimentos brutos iniciais da respectiva carreira do quadro funcional de servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, bem como outros débitos comprovados e autorizados.

_____ de _____ de _____

Assinatura

Ciente _____ / _____ / _____
Presidente da Assojubs

**Recorte e envie para
uma de nossas sedes**

Santos - Av. São Francisco, 276/278, Centro, Cep: 11013-202
São Vicente - Rua Campos de Bury, 18, sala 11, Parque Bitaru, Cep: 11310-350
São Paulo - Rua da Glória, 152, Cj. 42, Liberdade, Cep: 01510-000
www.assojubs.com.br • (13) 3223-2377 • (11) 3101-6085

Todas as informações sobre os assuntos da categoria em nosso site

www.assojubs.org.br



Diretoria Cultural, Social e Educacional promove o II Encontro de Corais da Assojubs



Vozes (Sindicato dos Bancários)



Unifesp Santos

Na noite do dia 17 de agosto, a Cantina da associação, na Sede Santos, foi palco do II Encontro de Corais da Assojubs, reunindo apreciadores de música, familiares e amigos dos coralistas presentes.

Além do Coral Assojubs, o Encontro, promovido pela Diretoria Cultural, Social e Educacional da associação, contou com as participações dos grupos: Cravos e Rosas (Apeoesp), Unifesp Santos, OAB Santos, Vozes (Sindicato dos Bancários) e Bel Canto.

Os ensaios do Coral Assojubs ocorrem todas as quartas-feiras, a partir das 19 horas. A participação é gratuita.



Bel Canto

4º Festival Sinuca Jubs
Troféu Altair Francisco Rodrigues

Na Cantina Assojubs

Dia 24/09
A partir das 10h



Coral Assojubs

Em parceria com a Osan e Adcon, Assojubs promove a Ação Saúde nas comarcas de São Vicente e Itanhaém



A Assojubs, em parceria com a Osan e a Adcon, promoveu nas comarcas de São Vicente e Itanhaém a Ação Saúde. De iniciativa da Diretoria de Convênios da associação, o projeto, através do trabalho de profissionais qualificados das empresas participantes, realizou serviços gratuitos de avaliação médica, nutricional e de fisioterapia.

A Ação Saúde em São Vicente

aconteceu no dia 06 de junho e em Itanhaém no dia 12 de agosto. Todos os trabalhadores do Judiciário puderam participar do projeto, cujo intuito é conscientizar as pessoas para a importância de realizar exames de rotina, evitando, assim, descobertas tardias de doenças e gerando a oportunidade de efetuar os cuidados adequados.



ADCON
UM CONCEITO INOVADOR

Ação Saúde

Avaliação Médica Gratuita

(Aferição de pressão arterial e glicemia)

Teste de Acuidade Visual

(Exame da visão)

Data: 14 de outubro

✓ Horário: das 13 h às 16h30

✓ Local: Salão do Júri do

✓ Fórum de Praia Grande